

1. Prova TRT-8 (PA/AP) – Banca: CEBRASPE 2022 - Um Estado da Federação que tenha editado lei regulamentando determinado instituto jurídico do direito do trabalho terá agido de forma:

A) correta, pois compete exclusivamente a cada estado da federação legislar sobre direito do trabalho.

B) correta, pois compete à união, aos estados, ao distrito federal e aos municípios legislar sobre direito do trabalho.

C) Incorreta, pois compete privativamente à união legislar sobre direito do trabalho.

D) incorreta, pois compete exclusivamente à união legislar sobre direito do trabalho.

E) correta, pois compete concorrentemente à união, aos estados e ao distrito federal legislar sobre direito do trabalho.

2. Prova TRT-8 (PA/AP) – Banca:CEBRASPE 2022 - Segundo a Constituição Federal, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência aplicam-se apenas à:

A) administração pública direta de qualquer dos Poderes da União.

B) administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

C) administração pública direta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

D) administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da união.

E) administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e as entidades do terceiro setor.

3. Prova TRT-8 (PA/AP) – Banca:CEBRASPE 2022 - A Constituição Federal prevê a possibilidade de que o presidente da República proveja e extinga os cargos públicos federais. Acerca dessa prerrogativa, tal competência é:

A) privativa do presidente da República, podendo haver delegação para prover e extinguir os cargos.

B) privativa do Presidente da República, não podendo haver delegação.

C) exclusiva do presidente da República, podendo haver delegação apenas para extinguir os cargos.

D) exclusiva do presidente da República, não podendo haver delegação.

E) privativa do presidente da República, podendo haver delegação apenas para prover os cargos.

4. Prova TRT-8 (PA/AP) – Banca:CEBRASPE 2022 - Conforme o texto constitucional, é direito dos trabalhadores urbanos e rurais o seguro contra acidentes de trabalho a cargo do:

- A) empregado, sem excluir a indenização a cargo do empregador, quando incorrer em dolo.
- B) empregador, excluindo-se a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo.
- C) empregado, sem excluir a indenização a cargo do empregador, quando incorrer em dolo ou culpa.
- D) empregador, excluindo-se a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em culpa.
- E) empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

5. Prova TRT-8 (PA/AP) – Banca:CEBRASPE 2022 - Acerca do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir:

- I – Aos juízes federais compete processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho.
- II - São funções institucionais da Defensoria Pública da União defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- III – A advocacia-Geral da União representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

Assinale a opção correta.

- A) Nenhum item está certo.
- B) Apenas o item I está certo.
- C) Apenas o item II está certo.
- D) Apenas o item III está certo.
- E) Todos os itens estão certos.

6. Prova TRT-8 (PA/AP) – Banca:CEBRASPE 2022 - O princípio que veda o impedimento ou a restrição à livre disposição do salário pelo empregado e tem como noção a natureza alimentar do salário corresponder ao princípio da:

- A) irrenunciabilidade
- B) primazia da realidade

- C) inalterabilidade contratual lesiva
- D) continuidade
- E) intangibilidade salarial

7. Prova TRT-8 (PA/AP) – Banca:CEBRASPE 2022 - Joana trabalha como assistente no escritório de advocacia de seu irmão Marcos às segundas-feiras, às quartas-feiras e às sextas-feiras, das 8 às 17h, com uma hora de intervalo intrajornada, e recebe R\$2.400,00 mensais a título salarial. Marcos confia muito em sua irmã e sente-se seguro ao tê-la trabalhando em seu escritório, pois ele tem receio de contratar outras pessoas para o trabalho, tendo em vista que a atividade exige o manuseio de documentos confidenciais de seus clientes.

- A) configura-se uma relação de emprego, uma vez que se verifica, nessa relação, o elemento da parasubordinação.
- B) não se configura uma relação de emprego, pois, como Joana trabalha apenas três vezes por semana, essa relação carece do requisito habitualidade.
- C) configura-se uma prestação de serviços regulada pelo direito civil, já que a jornada semana de Joana é inferior a 44h semanais.
- D) configura-se uma relação de emprego, uma vez que estão presentes todos os elementos e todos os requisitos exigidos pela legislação trabalhista.
- E) não se configura uma relação de emprego, já que não está presente o elemento pessoalidade.

8. Prova TRT-8 (PA/AP) – Banca:CEBRASPE 2022 - Paulo foi contratado pela sociedade empresária Beta em 12.6.2018 e teve seu contrato de emprego extinto, sem justa causa em 17.8.2022.

Nessa situação hipotética, Paulo

- A) poderá cobrar eventuais verbas rescisórias referentes aos cinco anos que antecederem o ajuizamento da reclamação trabalhista.
- B) fez jus ao recebimento de 30 dias a título de aviso prévio, sem acréscimos, devido ao fato de o contrato ter sido extinto sem justa causa.
- C) terá até o mês de setembro de 2024 para protocolar eventual reclamação trabalhista oriunda dessa relação empregatícia.
- D) recebeu o saldo de salário equivalente a apenas 17 dias trabalhados durante o mês de agosto de 2022.
- E) não fez jus ao recebimento de 13º salário nem férias proporcionais, já que a dispensa se deu sem justa causa.

9. Prova TRT-8 (PA/AP) – Banca:CEBRASPE 2022 - Cristina é padeira e trabalha em determinada panificadora. A jornada laboral da trabalhadora inicia-se às 4h e se estende até às 14h, de segunda-feira à sexta-feira, com trinta minutos de intervalo intrajornada. Aos sábados, ela labora das 9h às 13h sem nenhum intervalo.

No que se refere à jornada de trabalho e aos períodos de descanso de Cristina, assinale a opção correta.

A) O intervalo intrajornada estará regular, desde que haja acordo individual, assinado pela empregada, que autorize a redução do intervalo mínimo.

B) A supressão do intervalo intrajornada de Cristina deverá ser paga e esse pagamento terá natureza jurídica de hora extra.

C) Cristina não fará jus ao recebimento de adicional noturno, tendo em vista que sua jornada de trabalho é mista.

D) A ausência de intervalo intrajornada aos sábados está de acordo com a legislação trabalhista, visto que a jornada de trabalho de Cristina não excede 4h.

E) O intervalo interjornada de Cristina não está sendo respeitado, de modo que ela deverá receber horas extras em razão dessa violação.

10. Prova TRT-8 (PA/AP) – Banca:CEBRASPE 2022 - A sociedade empresária Delta celebrou acordo coletiva com seus empregados, com o objetivo de reduzir o período de férias para 20 dias corridos, bem como para suprimir o adicional noturno, equiparando, assim, a jornada de trabalho noturna com a jornada de trabalho diurna.

Tendo em vista as normas sobre o acordo e a convenção coletiva, nessa situação hipotética, o referido acordo é

A) válido, devido ao fato de ter sido objeto de convenção coletiva, e não objeto de acordo individual.

B) inválido, devido ao fato de não ter sido objeto de convenção coletiva, uma vez que ele não foi chancelado pelo sindicato da categoria profissional.

C) inválido, já que há vedação legal referente à supressão ou à redução do período de férias e do adicional noturno.

D) válido só no que diz respeito à redução do período de férias, já que a legislação veda a supressão do adicional noturno.

E) válido só no que diz respeito à supressão do adicional noturno, uma vez que a legislação veda a redução do período de férias.

11. Prova TRT-8 (PA/AP) – Banca:CEBRASPE 2022 - Segundo o artigo 791 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a justiça do trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final.

Acerca do *jus postulandi* na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- A) O *jus postulandi* pode ser exercido em varas do trabalho, bem como em recursos de competência dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST)
- B) é vedado o exercício do *jus postulandi* no ajuizamento de mandado de segurança.
- C) O *jus postulandi* só pode ser exercido em ações que tramitam pelo procedimento sumaríssimo.
- D) Não é possível exercer o *jus postulandi* em sede recursal, pois, nesse caso, é necessário que um advogado seja constituído.
- E) É possível exercer o *jus postulandi* em processos de execução e em ações cautelares.

12. Prova TRT-8 (PA/AP) – Banca:CEBRASPE 2022 - Francisco ajuizou reclamação trabalhista em desfavor de seu empregador. No dia e hora agendados para a audiência una de conciliação, instrução e julgamento, compareceram Francisco, seu advogado e o advogado do empregador. Todavia, o empregador não compareceu e nem justificou sua ausência.

- A) Em decorrência da ausência do reclamado, o processo deverá ser arquivado e posteriormente extinto sem resolução do mérito.
- B) Os efeitos da revelia deverão ser aplicados, ainda que o objeto da ação trate-se de direito indisponível.
- C) O não comparecimentos do reclamado importa revelia, além de confissão quanto a matéria de direitos.
- D) O reclamado será considerado como revel e seu advogado não poderá apresentar contestação.
- E) Ainda que o reclamado não compareça em audiência, permite-se que seu advogado apresente contestação.

13. Prova TRT-8 (PA/AP) – Banca:CEBRASPE 2022 - Assinale a opção correta relativa a prazos no direito do trabalho.

- A) O vencimento dos prazos será certificado nos processos pelas escrivães ou secretários.
- B) É defeso ao juízo dilatar prazos processuais e alterar a ordem de produção de provas sob a mera justificativa de adequação às necessidades do conflito.
- C) Os prazos processuais serão contados em dias contínuos, excluindo-se a data de início e computando-se a data de término.
- D) Os prazos processuais podem ser prorrogados apenas quando houver motivo de força maior devidamente comprovada.

E) Interrompe-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.

14. Prova TRT-8 (PA/AP) – Banca:CEBRASPE 2022 - O ônus da prova incumbe ao reclamante, quanto ao fato constitutivo do seu direito, e ao reclamado, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante.

Considerando as informações apresentadas, assinale a opção correta em relação ao instituto das provas no processo do trabalho.

A) As testemunhas deverão comparecer em audiência somente após a devida citação ou intimação do respectivo juízo.

B) O documento em cópia, oferecido para prova, deverá ser declarado como autêntico pelo juízo da causa, não sendo possível que essa autenticação seja feita pelo advogado da parte.

C) No caso em que a testemunha seja surda-muda, um intérprete será nomeado pelo juiz e as custas referentes a essa diligência serão pagas pelo sucumbente, ainda que beneficiário da justiça gratuita.

D) Em regra, as provas no processo do trabalho devem ser produzidas em audiência. Assim, reclamante e o reclamado comparecerão à audiência acompanhados das suas testemunhas, apresentando, nessa ocasião, das demais provas.

E) No procedimento ordinário, cada uma das partes poderá indicar até 4 testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a até 8.

15. Prova TRT-8 (PA/AP) – Banca:CEBRASPE 2022 - Inconformada com a sentença que a condenou ao pagamento de verbas rescisórias, a sociedade empresária Alfa protocolou recurso ordinário com o objetivo de ter a decisão reavaliada pelo Tribunal Regional do Trabalho. No entanto, o recurso em comento não foi conhecido, sob a justificativa de ser intempestivo.

Considerando a situação hipotética apresentada, e tendo como base o despacho que denegou a interposição do recurso ordinário da reclamada, assinale a opção que corresponde à medida processual adequada no caso.

A) recurso de revista, no prazo de 8 dias.

B) agravo de petição, no prazo de 8 dias.

C) agravo interno, no prazo de 15 dias.

D) embargos de declaração, no prazo de 8 dias.

E) agravo de instrumento, no prazo de 8 dias.

16. TJ-PE 2024 - Compete privativamente ao presidente da República

- A) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- B) nomear o advogado-geral da União.
- C) fixar os subsídios dos ministros de Estado.
- D) apreciar os atos de renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- E) autorizar os referendos e convocar os plebiscitos.

17. TJ-PE 2024 - Conforme a CF, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos são equivalentes a uma emenda constitucional, desde que sejam

- A) internalizados por meio de decreto legislativo.
- B) ratificados pela maioria absoluta dos Estados signatários.
- C) ratificados pelo chefe do Poder Executivo.
- D) aprovados pelas duas casas do Congresso Nacional, por maioria absoluta.
- E) aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

18. TJ-PE 2024 - Assinale a opção em que são corretamente citados fundamentos da República Federativa do Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF).

- A) pluralismo político, soberania e autodeterminação dos Poderes
- B) autodeterminação dos Poderes, soberania e cidadania
- C) soberania, cidadania e pluralismo político
- D) cidadania, autodeterminação dos Poderes e proteção ambiental
- E) proteção ambiental, cidadania e pluralismo político

19 – TJ-PE 2024 - Os tribunais podem declarar a inconstitucionalidade de lei somente pelo voto

- A) da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.

- B) de um terço de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- C) de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- D) da maioria relativa de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- E) de três quintos de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.

20. PGE-PR 2024 - No rito ordinário do processo trabalhista, os recursos devem ser interpostos por simples petição, tendo, em regra geral, efeito

- A) devolutivo e suspensivo, permitida a execução provisória até a sentença de liquidação.
- B) devolutivo apenas, não sendo permitida a execução provisória.
- C) devolutivo e suspensivo, não sendo permitida a execução provisória.
- D) devolutivo apenas, permitida a execução provisória até a penhora.
- E) devolutivo apenas, permitida a execução provisória até a sentença de liquidação.

GABARITO									
1.C	2.B	3.E	4.E	5.B	6.E	7.D	8.C	9.D	10.C
11.B	12.E	13.A	14.D	15.E	16.B	17.E	18.C	19.A	20.D

Neste momento encerramos mais uma etapa de nossas vidas, mais uma prova passou e as esperanças de um futuro melhor permanecem. Será que será desta vez que conseguimos a nomeação? Essa resposta não existe com certeza (pois a certeza estragaria a própria resposta) mas uma coisa temos certeza, cada um de nós deu seu melhor e os Concurseiros ON são merecedores de suas vagas, eu Professor Pedro Kuhn fui testemunha disso, boa prova pessoal!!!

E não esqueçam que em nosso canal do Youtube teremos a correção da prova assim que for liberada!!



Onde assistir nossas aulas?

Na Plataforma do Concurseiro ON!

No Canal do Youtube do Concurseiro ON!

No Canal de Membros do Youtube chamado Corrente da Posse onde são disponibilizados conteúdos inéditos todas as semanas!